

# abpi.empauta.com

Associação Brasileira da Propriedade Intelectual  
Clipping da imprensa

*Brasília, 19 de fevereiro de 2019 às 07h51*  
*Seleção de Notícias*

## Consultor Jurídico | BR

ABPI | Luiz Edgard Montauray Pimenta

**Sem investir em inovação, Brasil não superará problemas econômicos, diz estudo . . . . . 3**

## Jota Info | DF

19 de fevereiro de 2019 | Propriedade Intelectual

**A importância de uma política de propriedade intelectual em tempos de crise . . . . . 4**

## Migalhas | BR

Direitos Autorais | Direito de Imagem

**Proposta do Escola sem Partido de filmar professores em sala de aula e compartilhar no  
WhastApp fere direito de imagem e direitos autorais de professores . . . . . 6**

## Sem investir em inovação, Brasil não superará problemas econômicos, diz estudo

### ATENÇÃO PARA O **INPI**

As empresas brasileiras investem pouco em inovação. Com isso, o Brasil está se consolidando como um produtor de commodities e ficando de fora da economia moderna. Se o cenário não mudar, o país não conseguirá superar suas dificuldades socioeconômicas. Isso é o que aponta o estudo **Propriedade Intelectual**, Inovação e Desenvolvimento: desafios para o Brasil, produzido pela Associação Brasileira da **Propriedade Intelectual** (**ABPI**).

Na pesquisa, a **ABPI** afirma que a inovação "é a principal chave para abrir as portas para o desenvolvimento sustentável". Mas o Brasil não está investindo como deveria na área. O país permanece nas últimas posições nos rankings mundiais de inovação. Isso se deve a uma aversão dos empresários ao risco inerente à inovação e ao custo Brasil.

As políticas públicas têm sido insuficientes para incentivar o desenvolvimento de marcas e patentes, aponta o estudo. Para piorar, o Instituto Nacional da Propriedade Industrial tinha, no fim de 2017, 225.115 pedidos de patente pendentes. O prazo mé-

dio para análise, no Brasil, é de 10,2 anos, enquanto no Japão é de 1,3 ano, e nos EUA e União Europeia, de 2,2 anos.

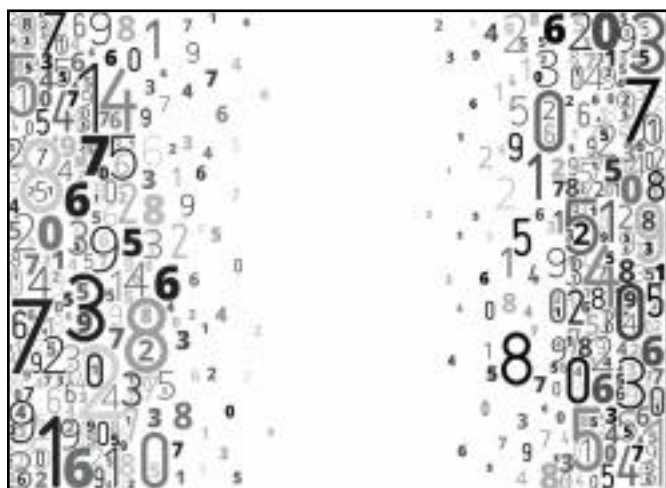
A **ABPI** destaca que, para melhorar esse cenário, o Brasil precisa aumentar a interlocução entre pesquisadores da academia e empresas. Além disso, deve equipar melhor o **Inpi**, para que o órgão fique mais ágil. A associação ainda incentiva entidades da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a se engajar na demonstração da importância da propriedade intelectual.

O presidente da **ABPI**, o advogado **Luiz Edgard Montauray Pimenta**, afirma que o estudo é útil para o secretário especial de Produtividade do Ministério da Economia, Carlos da Costa, elaborar políticas públicas para a área. A pasta agora comanda o **Inpi**, que, até o fim do ano passado, era subordinado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços.

para ler a íntegra do estudo.

Sérgio Rodas é correspondente da revista Consultor Jurídico no Rio de Janeiro.

## A importância de uma política de propriedade intelectual em tempos de crise



Não é novidade a importância da inovação e da **propriedade intelectual** para as empresas, bem como a correlação entre o crescimento da economia e os investimentos em políticas sérias de ciência, tecnologia e inovação. A falta de cultura de inovação e a demora na concessão de patentes no Brasil, além de desestimular as empresas, são tidas como pontos de entrave à inovação no país, pois causam incertezas para os investidores, especialmente diante da grave situação econômica e política dos últimos tempos.

Nesses tempos de crise, contudo, a **propriedade intelectual** torna-se ainda mais relevante para as empresas, que deveriam se preocupar em adotar todas as medidas necessárias para a sua adequada proteção. A proteção aqui mencionada não se refere única ou necessariamente ao aumento do investimento empresarial em pesquisa, desenvolvimento e **inovação tecnológica** e ao uso de programas de incentivo fiscais, mas principalmente à necessidade de implantação de uma política de **propriedade intelectual** que seja organizada e alinhada com os objetivos da empresa, visando à identificação e à valorização dos seus ativos intangíveis já existentes e de seus projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Em muitos dos casos, as empresas já possuem um

grande potencial tecnológico, com diversos projetos em andamento, mas não são capazes de monetizá-los, seja pela falta de conhecimento adequado sobre seu portfólio, seja pela falta de proteção adequada. Além disso, a falta de sinergia, de interface e de comunicação entre as diversas áreas e departamentos internos das empresas pode levar à incontáveis perdas de oportunidades e de ganhos financeiros através de ativos e projetos.

Mesmo com a existência de políticas para proteção de seus ativos intangíveis, as empresas geralmente não possuem, de forma organizada, a consolidação de todas as regras e nem mesmo um fluxo de trabalho capaz de concentrar e organizar os passos iniciais de cada projeto, ou mesmo de projetos em andamento ou já concluídos. Essa falta de organização pode gerar, sem que sequer perceba, uma perda financeira enorme para as empresas.

Com uma política de propriedade intelectual forte e eficaz, as empresas certamente evitam gastos desnecessários, reduzem ineficiências e custos com a manutenção de ativos irrelevantes e minimizam os riscos de infração de direitos de terceiros, sem contar com a possibilidade de garantir uma vantagem perante os concorrentes, capaz de gerar novas formas de negócios, de receita e de exploração desses ativos, como a exportação desses bens, que passariam a ter maior valor agregado.

A exportação desses ativos é uma alternativa muito atraente para alavancar os negócios em tempo de desvalorização da moeda brasileira, principalmente quando se trata de tecnologia única e devidamente protegida, cujo valor agregado aumenta consideravelmente quando comparado à venda de commodities ou de produtos comuns. Além disso, a venda e exportação de produtos de ponta dificulta a concorrência, especialmente considerando o ambiente empresarial brasileiro, com leis trabalhistas rí-

Continuação: A importância de uma política de propriedade intelectual em tempos de crise

gidas e altos impostos, que diminui bruscamente a competitividade diante de outros países de produção em massa de bens de consumo, como a China.

No que se refere aos termos da política de propriedade intelectual, esta deve, basicamente, conter fácil linguagem e ser aplicável a todos os empregados, contratados e colaboradores. É importante que discorra brevemente sobre todas as matérias relevantes da propriedade intelectual que serão consideradas para um melhor entendimento por todos os profissionais envolvidos, que, em muitos dos casos, não têm pleno conhecimento da matéria e suas formas de proteção. É necessário, ainda, que a política abranja todas as regras e obrigações para manutenção do sigilo das informações recebidas, além de estabelecer um fluxo para assinatura de um termo de confidencialidade por todos os profissionais envolvidos, especialmente no que tange a informações estratégicas, bem como a tecnologias mantidas em segredo de negócio ou que ainda não tenham sido objeto de proteção por patente.

O planejamento acerca da forma de proteção dos ativos de propriedade intelectual é também primordial em uma política de propriedade intelectual, que deverá conter toda trajetória de desenvolvimento de um projeto, desde a fase inicial, passando pela fase de implantação/execução e conclusão, além do acompanhamento das tecnologias desenvolvidas por força desses projetos, com a análise sobre a viabilidade de proteção e eventual registro dessa tecnologia. Nesse sentido, a interação entre os departamentos é essencial e muitas vezes recomenda-se que o fluxo de trabalho seja realizado por meio de sistema de tecnologia único alimentado por diversas áreas. É recomendável, ainda, abordar a forma delegação de poderes e a gestão de todo o processo de pesquisa e desenvolvimento.

A política não deve só abranger procedimentos relacionados a projetos de pesquisa e desenvolvimento, mas também normas e regras para outros ativos de

propriedade intelectual, como a forma de aprovação e uso de uma marca, forma de proteção de ativos como cultivar, desenho industrial, **direitos autorais**, entre outros.

## Um diferencial para empresas

Para o sucesso na sua implantação, é preciso que a política se adapte à realidade existente de cada empresa, além da necessidade de se realizar treinamentos, auditorias, visitas regulares ou outras ações pertinentes, essenciais para a conscientização da relevância de se aplicar os seus termos e condições e de se proteger os ativos das empresas.

Em tempos de crise, o trabalho interno para organização e monetização dos ativos, por meio de uma política de propriedade intelectual eficiente, é uma excelente oportunidade para empresas, principalmente aquelas atuantes nos setores que mais investem em pesquisa tecnológica e inovação, como os setores de mecânica e transportes, química/petroquímica, eletroeletrônica, alimentos e software. Aliada ao desenvolvimento tecnológico e aos programas de incentivos fiscais existentes (como os permitidos pela conhecida Lei do Bem), essa política pode trazer um diferencial às empresas em tempos de redução de investimentos e retração de produção física de produtos e de tecnologia.

PAULA MENNA BARRETO MARQUES doutoranda e mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), pós-graduada em Direito Processual Civil pela Pontifícia Universidade Católica (PUC-RIO), Stage International pela Ecole de Formation Professionnelle des Barreaux de La Cour D'appel de Paris, membro do Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), advogada no Rio de Janeiro e em São Paulo.

# Proposta do Escola sem Partido de filmar professores em sala de aula e compartilhar no WhastApp fere direito de imagem e direitos autorais de professores

**"Cala a boca já morreu"** - Cármen Lúcia, ministra do STF.

Muito tem se falado ultimamente sobre a ideia/projeto "Escola Sem Partido", onde, segundo seus defensores, tem por objetivo ***"inibir a prática da doutrinação política e ideológica em sala de aula e a usurpação do direito dos pais dos alunos sobre a educação moral dos seus filhos"***.

Entendem que, grosso modo, os professores e professoras em sala de aula supostamente estariam impondo suas próprias ideologias com viés mais à esquerda do espectro político aos alunos, aproveitando-se da chamada "plateia cativa". E isto estaria "cooptando" jovens para suas organizações e esta prática teria que ser combatida.

Não vou me ater aos aspectos educacionais e pedagógicos atinentes à este movimento, pois já existem diversos artigos e reportagens a respeito (criticando e defendendo), mas algo nisso tudo chama muito a atenção, e é aí que mora a ilegalidade: A ação para denunciar "professores doutrinadores", que supostamente abusariam da liberdade de cátedra.

Na página do movimento na [internet](#), há um campo chamado "enviar denúncia", cuja função é receber vídeos, fotografias e a descrição do acontecido em sala de aula. Alunos e alunas são incentivados a filmar e fotografar a aula do professor e enviar o material para o site. Ocorre que tal prática de filmar professores em sala de aula sem sua prévia autorização e compartilhar em grupos é ilegal.

Isto porque cada pessoa possui o direito à imagem, voz e honra protegidos pelo nosso ordenamento jurídico, como um direito fundamental e inalienável. É necessária autorização da pessoa fil-

mada/fotografada, ainda mais se tratando de um ambiente fechado, restrito à quem lá está, diferente de uma pessoa manifestando-se numa passeata em via pública ou comemorando o gol de seu time num estádio lotado com transmissão televisiva.

A Constituição Federal, no art. 5º, inciso X diz que: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação", e ainda, o Código Civil afirma, em seu art. 20: ***"Salvo se autorizadas, ou se necessárias à administração da justiça ou à manutenção da ordem pública, a divulgação de escritos, a transmissão da palavra, ou a publicação, a exposição ou a utilização da imagem de uma pessoa poderão ser proibidas, a seu requerimento e sem prejuízo da indenização que couber, se lhe atingirem a honra, a boa fama ou a respeitabilidade, ou se destinarem a fins comerciais."***

Assim, a legislação brasileira quis proteger acima de tudo, a dignidade da pessoa humana e o modo como o restante da sociedade enxerga e percebe aquela pessoa (honra objetiva). Ou seja, filmar e fotografar o professor com câmeras de celulares, sem autorização, viola seu direito à imagem, e ainda, divulgar esta imagem imputando-lhe uma conduta supostamente reprovável e nociva à crianças e adolescentes fere sua honra objetiva. Em que pese a escola ser considerada um local de acesso público com restrição ou apenas acessível ao público mediante horários determinados (se for escola privada), ela não é como uma rua ou uma praça ou parque. É um local fechado com objetivo específico de ensinar e aprender determinados conteúdos, como numa palestra num clube ou casa cultural, por exemplo.

Tratando-se especificamente de aulas cotidianas mi-

Continuação: Proposta do Escola sem Partido de filmar professores em sala de aula e compartilhar no WhatsApp fere direito de imagem e direitos autorais de professores

nistradas em ambiente escolar, não há pertinência, tampouco conveniência ou relevante interesse público em divulgar a imagem com juízo de valor e teor denunciante/alarmista sobre o professor em redes sociais, aplicativos de conversa e websites, portanto tal prática é ilegal e sujeita a pessoa e/ou seus responsáveis às respectivas sanções legais, como indenização por danos morais e outros danos que por ventura ocorrerem.

Além disso, a aula ministrada pelo professor é **protegida por direitos autorais**, sendo vedada sua reprodução não-autorizada por ele. A Constituição Federal, no art. XXVII diz que: "*aos autores pertence o **direito exclusivo** de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar*";

O objeto da proteção conferida pelo Direito de Autor é a obra intelectual. A lei 9.610/98, que regula o assunto no Brasil lista algumas obras, a título de exemplo, no art. 7º:

*"São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como: [...]*

***I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas; I>***

***II - as conferências, alocações, sermões e outras obras da mesma natureza;***

Portanto, a aula é uma criação intelectual do professor, protegida pelo Direito de Autor, para ser usufruída em determinado ambiente e sob determinado contexto para os alunos, que, devidamente autorizados, podem tomar nota do conteúdo fornecido em seus cadernos (ou tablets/notebooks). Até mesmo a exceção à regra, calcada no art. 46, IV desta lei proíbe a publicação das aulas sem a autorização do professor. Vejamos:

***Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:***

*[...]*

***IV - o apanhado de lições em estabelecimentos de ensino por aqueles a quem elas se dirigem, vedada sua publicação, integral ou parcial, sem autorização prévia e expressa de quem as ministrou;***

Importante lembrar que tal autorização deve ser **prévia e expressa**, conforme diz o art. 29 desta lei:

***Art. 29. Depende de autorização prévia e expressa do autor a utilização da obra, por quaisquer modalidades, tais como:***

***I - a reprodução parcial ou integral;***

Então já sabemos que não há autorização tácita, é preciso que o professor diga com todas as letras que autoriza a filmagem da imagem, fala e a fotografia da lousa escrita, caso contrário este ato certamente irá ferir seus **direitos autorais**. Entretanto, é preciso saber no que consiste a chamada "reprodução". A lei define logo no início, senão vejamos:

***Art. 5º Para os efeitos desta lei, considera-se:***

*[...]*

***VI - reprodução - a cópia de um ou vários exemplares de uma obra literária, artística ou científica ou de um fonograma, de qualquer forma tangível, incluindo qualquer armazenamento permanente ou temporário por meios eletrônicos ou qualquer outro meio de fixação que venha a ser desenvolvido;***

E logo abaixo:

***VII - contrafação - a reprodução não autorizada;***

A captação e armazenamento das aulas em dispositivo eletrônico e sua posterior disseminação sem



Continuação: Proposta do Escola sem Partido de filmar professores em sala de aula e compartilhar no WhatsApp fere direito de imagem e direitos autorais de professores

a devida autorização do professor constituem uma contrafação, prática absolutamente vedada pelo ordenamento jurídico brasileiro.

Ainda que se utilize o argumento de que as filmagens e fotografias são apenas para obter prova para instruir processo judicial ou administrativo, não se pode cometer um ato ilícito para basear eventual e incerto pedido de indenização.

Ademais, a lei discorre sobre as sanções às quais estão sujeitos aqueles que violarem **direitos autorais**, a partir do art. 101, que afirma: "***As sanções civis de que trata este capítulo aplicam-se sem prejuízo das penas cabíveis***".

As penas cabíveis que ela se refere está no art. 184 do Código Penal, vejamos:

**Art. 184. Violar direitos de autor e os que lhe são conexos:**

**Pena - detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa.**

Ainda, o art. 102 da lei de **Direitos Autorais** é categórico: "***O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada, poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível***".

Sendo menor de idade a pessoa que comete tais violações, quem responde por eventuais danos são os pais e/ou responsáveis, conforme o art. 932 e 933 do Código Civil. Vejamos:

**Art. 932. São também responsáveis pela reparação civil:**

***I - os pais, pelos filhos menores que estiverem sob sua autoridade e em sua companhia;***

**Art. 933. As pessoas indicadas nos incisos I a V do artigo antecedente, ainda que não haja culpa de sua parte, responderão pelos atos praticados pelos terceiros ali referidos.**

Por fim, vale colocar aqui a expressão máxima do Estado Democrático de Direito, calcada no

Art. 5º, IX da Constituição Federal:

***IX - é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença;***

Portanto, sob a ótica do Direito de Autor e também do **Direito de Imagem**, é totalmente revestido de ilegalidade tal prática estimulada pelos entusiastas do movimento ESP, porquanto fere o **direito de imagem**, honra e **direitos autorais** do professor.

---

\***Adriano Souza Silva** é advogado, especialista em **Direitos Autorais**, e pós-graduado em Gestão Cultural pela Universidad Nacional de Córdoba (Argentina).

Adriano Souza Silva



## Índice remissivo de assuntos

**ABPI**

3

**ABPI | Luiz Edgard Montaury Pimenta**

3

**Propriedade Intelectual**

3, 4

**Marco regulatório | INPI**

3

**Direitos Autorais**

4

**Inovação**

4

**Direitos Autorais | Direito de Imagem**

6